

Declaração de privacidade relativa à sua candidatura à AUMOVIO SE

Gostaríamos de o informar sobre o tratamento dos seus dados pessoais, como parte do processo de candidatura e dos direitos que lhe assistem ao abrigo das disposições do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (RGPD) ou dos regulamentos nacionais de cada país. Se um determinado país tiver legislação especial que regule o tratamento de dados pessoais, esta prevalece sobre as disposições acima mencionadas.

Os seus dados pessoais serão tratados pela AUMOVIO SE AG (doravante designada por “AUMOVIO SE”) para as finalidades abaixo indicadas. Os seus dados poderão ser partilhados com empresas afiliadas se tal for necessário para as finalidades identificadas, tal como definido nas Secções 15 e seguintes da *Aktiengesetz* (AktG – Lei alemã relativa às sociedades por ações).

Definições

O legislador exige que os dados pessoais sejam tratados de forma lícita, leal e transparente em relação ao titular dos dados (“licitude, lealdade e transparência”). Para garantir isso, apresentamos-lhe as definições dos termos individuais que também são utilizadas na presente Declaração de Privacidade:

Dados pessoais

“Dados pessoais” – significa qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (doravante designado: “titular dos dados”). Uma pessoa singular identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular por referência a um identificador como um nome, um número de identificação, uma localização, um identificador online ou um ou mais fatores específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Tratamento

“Tratamento” – significa uma operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Limitação do tratamento

“Limitação do tratamento” - significa a inserção de uma marca nos dados pessoais conservados com o objetivo de limitar o seu tratamento no futuro.

Definição de perfis

“Definição de perfis” – significa qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista em utilizar esses dados pessoais para avaliar certos aspectos pessoais de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspectos relacionados com o seu desempenho profissional, a sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações.

Pseudonimização

“Pseudonimização” – significa o tratamento de dados pessoais de forma que deixem de poder ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares, desde que essas informações suplementares sejam mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas para assegurar que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Ficheiro

“Ficheiro” – significa qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios específicos, quer seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico.

Responsável pelo tratamento

“Responsável pelo tratamento” – significa a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais. Sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

Subcontratante

“Subcontratante” – significa a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo, que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Destinatário

“Destinatário” – significa uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que recebe comunicações de dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro. Contudo, as autoridades públicas que possam receber dados pessoais no âmbito de inquéritos específicos nos termos do direito da União ou dos Estados-Membros não são consideradas destinatários. O tratamento desses dados por essas autoridades públicas deve cumprir as regras de proteção de dados aplicáveis, em função das finalidades do tratamento.

Terceiro

“Terceiro” – significa a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, ou serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais.

Consentimento

“Consentimento” do titular dos dados – significa uma manifestação de vontade livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento.

Responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento, tal como definido pelo RGPD, ou seja, a pessoa ou entidade responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, é indicado abaixo:

Continental Mabor – Indústria de Pneus, S. A.

Rua Adelino Leitão, 330, Apartado 5028, 4761-906 EC Lousado, Portugal

Informações de contacto do encarregado da proteção de dados

Pode contactar o nosso encarregado da proteção de dados da seguinte forma:

Continental Mabor – Indústria de Pneus, S. A.

A/C: Encarregado da proteção de dados

Rua Adelino Leitão, 330, Apartado 5028

4761-906 EC Lousado

E-mail: protecaodados_pt.ti_lo_fa@conti.de

Categorias de dados pessoais

Como parte do processo de candidatura, tratamos as seguintes categorias de dados pessoais:

- Dados principais (por exemplo, apelido, nome próprio, morada e data de nascimento)
- Dados de registo da utilização do portal (por exemplo, endereço IP)
- Referências (por exemplo, cartas)
- Informação sobre instituições de ensino que frequentou e cargos profissionais que ocupou
- Dados de contacto (por exemplo, endereço de e-mail e número de telefone)
- Registos visuais e de áudio (por exemplo, fotografia do currículo)
- Dados relacionados com o emprego (por exemplo, número de funcionário para candidaturas internas)
- Documentos apresentados pelo candidato
- Informações de pagamento (por exemplo, número de conta bancária para reembolso de despesas)

Esta lista não é exaustiva e pode variar em função dos requisitos da função e dos documentos apresentados pelo candidato.

Em determinadas circunstâncias, podemos tratar categorias especiais de dados pessoais de acordo com o art. 9.º, n.º 1 do RGPD, por exemplo dados relativos à sua saúde, filiação sindical ou filiação religiosa.

Finalidades e fundamento jurídico para o tratamento como parte do processo de candidatura

O tratamento de dados ajuda na condução do processo de candidatura, especialmente ao estabelecer uma relação de emprego. O fundamento jurídico para tal é o Art. 6.º, n.º 1, alínea b) do RGPD, em conjugação com o capítulo VI da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, que assegura a execução do RGPD no ordenamento jurídico português.

Se estiver em causa o tratamento de categorias especiais de dados pessoais, este tratamento será efetuado com base no Art. 9.º, n.º 2, alínea b) do RGPD, em conjugação com a legislação nacional correspondente. Em alguns casos, o tratamento pode ter lugar para efeitos de medicina preventiva, medicina do trabalho ou para a avaliação da capacidade de trabalho do colaborador. O fundamento jurídico para esses casos é o Art. 9.º, n.º 2, alínea h) do RGPD.

Funcionalidade de notificação

A plataforma de candidatura oferece-lhe a opção de ativar a funcionalidade de notificação relativa à(s) sua(s) candidatura(s) para que possa ser informado do respetivo estado atual, por exemplo, através de mensagem de texto, e/ou lembrado de compromissos agendados. O fundamento jurídico para o tratamento nesses casos é o art. 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD. Ao ativar o serviço, declara o seu consentimento no que diz respeito ao tratamento. Pode retirar o seu consentimento em qualquer altura. Em particular, a funcionalidade pode ser desativada a qualquer momento.

***Pool* de talentos**

Como parte do processo de candidatura, pode também decidir permitir que a sua candidatura seja considerada para futuras posições, bem como permitir-nos entrar em contacto consigo em caso de oportunidades no futuro. O fundamento jurídico para o tratamento nesses casos é o art. 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD. Pode retirar o seu consentimento em qualquer altura.

Período legal de conservação dos dados pessoais

Eliminamos automaticamente os seus dados pessoais, incluindo o perfil do candidato, após 5 anos, depois da conclusão do processo de candidatura.

Se estiver registado na *pool* de talentos, guardamos os seus dados pessoais até à retirada do seu consentimento. Pode eliminar o seu perfil em qualquer altura.

Destinatários dos seus dados pessoais

Utilizamos prestadores de serviços para desempenharem as nossas funções (designados por “subcontratantes”). Sempre que são transferidos dados pessoais para subcontratantes,

tal é sempre feito em cumprimento da legislação de proteção de dados aplicável. Em particular, a AUMOVIO SE e os seus subcontratantes celebraram um acordo relativo ao tratamento de dados pessoais.

Fora da União Europeia (UE) e do Espaço Económico Europeu (EEE), transferimos dados pessoais exclusivamente para países terceiros relativamente aos quais a Comissão Europeia tenha verificado um nível de proteção adequado ou para os quais existam outras garantias adequadas de proteção de dados (por exemplo, regras vinculativas de proteção de dados aplicáveis às empresas ou cláusulas contratuais-tipo da UE) ou sempre que os factos jurídicos permitam a transmissão. Além disso, na medida do permitido pelas leis de proteção de dados aplicáveis, serão tomadas outras precauções (por exemplo, encriptação e disposições contratuais adicionais) para assegurar um nível adequado de proteção dos seus dados pessoais.

Pode aceder às cláusulas contratuais-tipo da UE nos idiomas da UE no seguinte URL:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/de/TXT/?uri=CELEX%3A32021D0914>

Os seus direitos relativamente aos seus dados pessoais

Tenha em atenção que, enquanto titular dos dados, tem os seguintes direitos no que respeita ao tratamento dos seus dados pessoais em conformidade com o RGPD:

Direito de retirar o consentimento

Se o tratamento de dados pessoais se basear no consentimento dado, tem o direito de retirar esse consentimento em qualquer altura. A retirada do consentimento não afeta a legalidade do tratamento com base no consentimento, antes de este ser retirado.

Pode contactar-nos a qualquer momento para exercer o seu direito de retirar o consentimento.

Direito à informação

Pode solicitar informações relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá solicitar mais informações, em particular sobre as finalidades do tratamento, as categorias de dados pessoais que estão a ser tratadas, os destinatários, o período de conservação, ou, se tal não for possível, os critérios usados para determinar esse período de conservação, bem como detalhes adicionais. Pode solicitar uma cópia dos seus dados pessoais. Se o pedido for enviado por e-mail, ser-lhe-á fornecida uma cópia num formato eletrónico, a menos que isso viole os direitos ou liberdades de outras pessoas singulares.

Pode contactar-nos em qualquer altura para fazer este pedido, utilizando as informações de contacto acima fornecidas.

Direito de retificação

Pode solicitar a retificação de dados pessoais inexatos que lhe digam respeito, ou que estes sejam completos no caso de estarem incompletos, sem demora injustificada. No entanto, tenha em atenção que não podemos corrigir gravações, apenas as poderemos eliminar.

Direito ao apagamento

Pode solicitar o apagamento (eliminação) dos seus dados pessoais, sem demora injustificada. Conservamos os seus dados pessoais apenas enquanto for exigido pela finalidade indicada ou enquanto se aplicarem os prazos de conservação legais. Uma vez cumprida a finalidade, ou quando os seus dados pessoais já não forem necessários para tratamento, procederemos à sua eliminação.

Além disso, estamos autorizados a tratar os seus dados pessoais para uma finalidade diferente, desde que sejam cumpridas as obrigações legais, nomeadamente para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito. Esta finalidade aplica-se apenas enquanto os períodos de prescrição permitirem a instauração de ações judiciais.

Direito à limitação do tratamento

Pode limitar o tratamento dos seus dados pessoais, especialmente nas seguintes situações:

- O titular dos dados contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável pelo tratamento verificar a sua exatidão.
- O tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados pessoais.
- Os dados pessoais já não serem necessários, mas o titular dos dados necessitar dos dados para efeitos de declaração, exercício ou defesa de direitos.
- Oposição ao tratamento do titular dos dados.

Se limitar o tratamento, os seus dados pessoais só podem ser conservados e, em particular, tratados, apenas com o seu consentimento, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de direitos.

Direito de portabilidade dos dados

Ao recebermos o seu pedido, iremos transferir os seus dados para um responsável pelo tratamento diferente, se tal facto for tecnicamente viável. Contudo, só tem este direito se o tratamento de dados se basear no seu consentimento, ou se for necessário para a execução de um contrato. Em vez de receber uma cópia dos seus dados, pode solicitar que estes sejam diretamente transferidos para outro responsável pelo tratamento especificado por si.

Direito de oposição

Pode opor-se ao tratamento dos dados pessoais que lhe dizem respeito, se o tratamento se basear num interesse legítimo (artigo 6.º, n. 1, frase 1 da alínea f) do RGPD). Os dados deixarão então de ser tratados, a menos que se possam demonstrar razões imperiosas e legítimas para o seu tratamento. Dirija a sua oposição ao nosso encarregado da proteção de dados; os dados de contacto podem ser encontrados acima.

Pode contactar-nos em qualquer altura para fazer esse pedido, utilizando as informações de contacto fornecidas acima.

Direito de apresentar uma reclamação junto de uma autoridade de proteção de dados

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, também tem o direito de apresentar uma reclamação junto de uma autoridade de controlo, em especial, no Estado-Membro da sua residência habitual, local de trabalho ou local da alegada infração, se o titular dos dados considerar que o tratamento dos dados pessoais que lhe dizem respeito viola o RGPD.

Direito a ação judicial efetiva

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito de apresentar uma reclamação junto de uma autoridade de controlo, nos termos do artigo 77.º do RGPD, caso considere que os seus direitos foram violados ao abrigo do RGPD.

Anexo: Subcontratantes

- SmartRecruiters Inc (SPOLKA AKCYJNA) Oddzial w Polsce, Polónia
- SmartRecruiters EURL, França
- SmartRecruiters Ltd., Reino Unido
- Amazon Web Services EMEA Sàrl, Luxemburgo (localização de alojamento AWS Alemanha)
- Textkernel BV, Países Baixos
- Mailjet SAS, França (troca de mensagens de e-mail com candidatos)
- Aon Assessment GmbH, Germany.

Junho de 2025